

COVID-19 NO ALENTEJO: BREVES NOTAS SOBRE TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE E O SEU FUTURO

ANDRÉ CARMO¹

PATRÍCIA RÊGO²

RESUMO – Desde o início da pandemia que, no contexto de Portugal continental, a região do Alentejo se destacou pelo facto de ser aquela que apresenta o menor número de casos confirmados e de óbitos por Covid-19. Embora existam outros aspetos a considerar, a baixa densidade populacional que caracteriza o Alentejo será sempre um elemento chave para compreender a evolução da pandemia. Tomando este fenómeno eminentemente geográfico como pretexto, este artigo, que se desenrola em três momentos, começa por levar a cabo uma reflexão sobre os territórios de baixa densidade em Portugal continental, para, depois, ensaiar uma aproximação ao modo como a Covid-19 se tem manifestado na região do Alentejo e, por fim, abordar a problemática do desenvolvimento futuro dos territórios de baixa densidade, tendo em conta o potencial que estes encerram.

Palavras-chave: COVID-19; territórios de baixa densidade; desenvolvimento; redes; Alentejo.

ABSTRACT – COVID-19 IN ALENTEJO: BRIEF REMARKS ON LOW DENSITY TERRITORIES AND THEIR FUTURE. Since the beginning of the pandemic, in the context of mainland Portugal, the Alentejo region has stood out since it has the lowest number of confirmed cases and deaths by Covid-19. Although there are other aspects to consider, the low population density that characterizes Alentejo will always be a key element in understanding the evolution of the pandemic. Taking this eminently geographical phenomenon as a pretext, this article, which unfolds in three moments, begins by carrying out a reflection on the low-density territories in mainland Portugal, and then rehe-

Recebido: junho 2020. Aceite: setembro 2020.

¹ Professor Auxiliar, Departamento de Geociências, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Escola de Ciências e Tecnologia, Universidade de Évora, Colégio Luís António Verney, Rua Romão Ramalho, 59, 7000-671, Évora, Portugal.
E-mail: acarmo@uevora.pt

² Professora Auxiliar, Departamento de Geociências, Escola de Ciências e Tecnologia, Universidade de Évora, Évora, Portugal.
E-mail: patrego@uevora.pt

arsing an approximation to the way in which Covid-19 has manifested itself in the Alentejo region and, finally, address the issue of the future development of low-density territories, taking into account the potential they contain.

Keywords: COVID-19; low density territories; development; networks; Alentejo.

I. TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

Um dos aspetos mais definidores de um território, com implicações ao nível da modelação da sua paisagem cultural e natural, é a forma como a população nele se organiza e distribui, a estrutura do seu povoamento. Daqui decorrem, naturalmente, diferenças de densidade populacional, sendo que esta resulta, na sua formulação mais comum e elementar, de uma relação que se estabelece entre duas variáveis: dimensão populacional (nº de habitantes) e área (km²).

A existência de uma população mais concentrada ou mais dispersa num dado território tem implicações a vários níveis. Desde aspetos relacionados com a estrutura fundiária ou com a organização funcional até ao perfil e à localização das atividades económicas, passando pela morfologia das infraestruturas de transportes e comunicações e pelas opções de localização de equipamentos coletivos e sua cobertura, pela maior ou menor capacidade de gestão das vulnerabilidades e até, como veremos mais adiante, no que toca à difusão espacial de fenómenos eminentemente geográficos tais como, por exemplo, a pandemia da Covid-19.

Na ausência de uma definição universal de território de baixa densidade, existindo desafios de natureza metodológica que não são de resposta unívoca, habitualmente, entende-se que estes territórios correspondem àqueles (tipicamente, municípios ou regiões) que apresentam, como sugerido na Deliberação da Comissão Interministerial de Coordenação Portugal 2020, densidades populacionais ou rendimentos per capita inferiores às médias nacionais.

Em 2014, uma deliberação da Comissão Interministerial de Coordenação Portugal 2020, que viria a ser alterada no ano seguinte, recorrendo a uma abordagem multicritério em que, para além da densidade populacional, considerava também a demografia, o povoamento, as características físicas do território, as características socioeconómicas e as acessibilidades, classificou a maior parte dos municípios de Portugal continental como sendo de baixa densidade.

A cartografia do Portugal de baixa densidade é, em larga medida, sobreponível ao Portugal descrito por Ferrão (2002) essencialmente como um produto do processo de modernização social e económica iniciado na década de 60 do século passado. Quando na viragem do século, parecia ser possível vislumbrar a emergência de um Portugal da pós-modernidade, aquilo que Ferrão (2002, p. 155) chamava “o arquipélago organizado em rede”, duas décadas volvidas, percebemos que essa configuração eminentemente policêntrica e/ou reticular que era, aliás, um dos grandes desígnios do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território na sua versão original de 2007, não se concretizou.

Mesmo salvaguardando algumas exceções, designadamente cidades médias de reduzida dimensão com capacidade polarizadora, os “indícios de um reequilíbrio, ainda incerto e incipiente, com alguma possibilidade de compensar a fuga maciça dos Portugueses para o Litoral” (Mattoso, Daveau, & Belo, 2010, p. 45), nunca passaram disso mesmo.

O choque das políticas de austeridade, sobretudo levadas a cabo nos “anos de chumbo” da Troika (2011-2014), desempenhou um papel fundamental num retrocesso generalizado que teve também profundos impactes de natureza socioterritorial (Rodrigues & Silva, 2015). Neste período, como descreve Reis (2018, p. 251-252), “os processos de mobilidade das pessoas e das qualificações intensificaram-se num só sentido, das periferias para um único centro. O país descentralizado que tinha alcançado alguma coesão está hoje afetado não apenas pela paralisia do processo de convergência regional, mas sobretudo por um deslocamento original”.

Este deslocamento inviabilizou ou, pelo menos, adiou, o aprofundamento de uma trajetória de desenvolvimento regional, acentuando-se a tendência de declínio socioeconómico e despovoamento do interior que contribui para reforçar o peso relativo dos territórios de baixa densidade no continente.

II. COVID-19 NO ALENTEJO

No Alentejo, os primeiros dois casos de Covid-19, confirmados pela Direção Geral de Saúde (DGS), datam de 18 de março, duas semanas mais tarde que os primeiros casos ocorridos no país. Em meados de junho, a região registava menos de 300 casos (pouco mais de quatro casos confirmados por 10 mil habitantes) e apenas um óbito, ocorrido no início de abril.

Tratando-se de uma pandemia viral de origem externa ao país, com uma difusão rápida, associada à interação pessoal, a exposição das regiões à importação do vírus, define-se, desde logo, pela sua abertura ao exterior (Ferrão, 2020). No Alentejo, a baixa densidade esbate a exposição da região e a sua suscetibilidade ao vírus, inclusivamente no que respeita à estrutura demográfica envelhecida.

Numa região que abrange, na soma das suas quatro sub-regiões (o Alto Alentejo, o Alentejo Central, o Baixo Alentejo e o Alentejo Litoral), 26 931km², perto de um terço da superfície do país, mas onde reside pouco mais de 7% da população nacional, o território, de matriz rural, marcado quer pela escassez e irregularidade da distribuição da água quer pela estrutura da posse e da exploração da terra (latifúndio), sempre foi pouco povoado. Depois do êxodo rural do século XX, nas últimas décadas mantém-se o processo migratório com reflexos no despovoamento, mais intenso nas áreas rurais deprimidas, onde a população é cada vez mais idosa e a fecundidade cada vez menor.

A conjugação dos fatores escassez demográfica, áreas de povoamento concentrado, rede urbana autocentrada e mobilidade reduzida, associou-se à imposição de confinamento da população a nível nacional (o estado de emergência vigorou de 19 de março até 17 de abril). Estes aspetos ter-se-ão reforçado enquanto barreiras à difusão espacial da doença. O primeiro, de natureza estrutural, o segundo, eminentemente, conjuntural.

No Alentejo, as assimetrias regionais abordadas com o foco nas baixas densidades indiciam suscetibilidades diferenciadas. A amplitude da baixa densidade varia entre os menos de 5 hab./km² do município de Mértola, no Baixo Alentejo, e os 67 hab./km² de Sines, no Alentejo Litoral. Os valores da baixa densidade, conjugados com os da população envelhecida e do número de infetados, tanto em valor absoluto como relativo, permitem uma primeira interpretação da expressão da difusão da doença no território (quadro I).

Quadro I – Incidência da Covid-19 nos municípios do Alentejo Litoral e Baixo Alentejo (18 de março a 12 de junho).

Table I – Covid-19 incidence in the municipalities of Alentejo Litoral and Baixo Alentejo (March 18th to June 12th).

Municípios	Densidade Populacional (hab./ km ²)	População com 75 e + anos (%)	Casos Confirmados (Nº)	Casos Conf. por 10 000 hab. (Nº)
NUTS III – Alentejo Litoral				
Alcácer do Sal	7,8	15,9	9	7,7
Grândola	17,7	14,1	11	7,5
Odemira	14,4	16,1	12	4,9
Santiago de Cacém	27,2	13,8	19	6,6
Sines	67,1	9,1	6	4,4
NUTS III – Baixo Alentejo				
Aljustrel	18	14,0	0	0
Almodôvar	8,6	16,4	0	0
Alvito	9,4	12,2	0	0
Barrancos	9,7	13,4	0	0
Beja	29,2	11,0	23	6,9
Castro Verde	12,2	11,7	0	0
Cuba	26,7	11,7	4	8,7
Ferreira do Alentejo	12,1	13,5	0	0
Mértola	4,7	23,0	0	0
Moura	14,3	12,1	69	50,3
Ourique	6,9	16,9	0	0
Serpa	13,0	14,3	14	9,8

Fonte: INE (2020)

Enquanto o isolamento de Mértola contribui para a ausência de doentes, apesar da população muito envelhecida (embora potencialmente suscetível, o concelho revelou-se pouco vulnerável), já em Sines ocorrem, como em todos os municípios do Alentejo Litoral, alguns casos associados ao maior dinamismo económico, contiguidade espacial e interação deste território com o exterior (maior exposição e vulnerabilidade destes terri-

tórios). Entretanto, em Moura, as tradições e hábitos culturais de uma fração significativa da comunidade residente, pouco permeável às práticas de confinamento e distância social revelou, pontualmente, a vulnerabilidade deste território (potencialmente exposto e suscetível, tornou-se vulnerável).

III. UM FUTURO PARA OS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

Territórios de baixa densidade, como o Alentejo, acumulam um conjunto abrangente de desvantagens e/ou problemas estruturais que, numa relação dialética, são simultaneamente causa e consequência de uma paisagem humana rarefeita, muito marcada pela ruralidade que os caracteriza (Domingues, 2011). Contudo, um atributo definidor destes territórios que é habitualmente encarado enquanto problema – a baixa densidade – revelou agora, no quadro da pandemia da Covid-19, que pode também ser visto como virtuoso. Desde que devidamente gerida e potenciada, a baixa densidade de alguns territórios, poderá revelar-se um importante eixo estruturante do seu futuro desenvolvimento. Efetivamente, aquilo que parece ser uma debilidade, num mundo pós-pandemia, poderá revelar-se um aspeto diferenciador, pela positiva, destes territórios. É preciso, como defende Covas (2019) prestar atenção ao “lado virtuoso dos territórios de baixa densidade”.

Como foi anteriormente sugerido, a atual pandemia resulta de uma interação cada vez mais disfuncional entre a cultura e a natureza, no quadro de processos intensivos de produção animal que aumentam as probabilidades de aparecimento e rápida difusão de doenças infecciosas. Em larga medida, traduzem um processo de distanciamento progressivo das comunidades relativamente aos territórios que habitam e a partir dos quais estruturam as suas vidas quotidianas. Como lembra Cupeto (2016, p. 69), “todos pertencemos a um ecossistema natural que nos acompanhou na evolução desde os primitivos homínídeos até hoje. Fazemos parte da Terra [contudo] vivemos em sistemas artificiais cada vez mais distantes da Terra e sempre exponencialmente mais exigentes em recursos e energia”.

Os territórios de baixa densidade, ao preservarem uma paisagem ainda pouco antropizada (embora em acelerada transformação), fruto da sua pouca população, do isolamento e da distância, emergem enquanto locais privilegiados para que um certo reencontro entre a sociedade e a natureza possa ter lugar, dando forma a uma “economia das experiências emocionais” (Covas, 2019).

Não bastam, porém, a tranquilidade e a calma, as paisagens a perder de vista e o silêncio apenas pontualmente interrompido. É necessário que os territórios de baixa densidade possam, recuperando o impulso observado na viragem do século, reconfigurar-se em torno daquilo a que Ferrão já então chamara “o arquipélago organizado em rede”. Ao mesmo tempo, em cada um dos locais integrados neste espaço-tempo de geometria variável, é “necessário aprender e ensinar a viver o dia-a-dia, a hora-a-hora, na casa e no território, a valorizar a cidade e a natureza” (Gaspar, 1996, p. 718). Nesta ótica, a reconci-

liação da sociedade com a natureza não pode prescindir dos territórios de baixa densidade. A questão é saber se existem condições para que se concretize, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida e para o reequilíbrio do território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Covas, A. (2019, novembro). O lado virtuoso dos territórios de baixa densidade [The virtuous side of low-density territories]. *Sul Informação Alentejo*. Retrieved from <https://alentejo.sulinformacao.pt/2019/11/o-lado-virtuoso-dos-territorios-de-baixa-densidade/>
- Cupeto, C. (2016). *Cancioneiro da Sustentabilidade* [Songbook of Sustainability]. Santarém: Rosmaninho Editora de arte.
- Domingues, A. (2011). *Vida no Campo* [Life in the Countryside]. Porto: Dafne Editora.
- Ferrão, J. (2002). Portugal, três geografias em recombinação: Espacialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais [Portugal, three geographies in recombination: Spatialities, cognitive maps and territorial identities]. *Lusotopie*, 2, 151-158.
- Ferrão, J. (2020, abril). A geografia da covid-19: algumas precisões [The geography of covid-19: some precisions]. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2020/04/16/sociedade/opiniao/geografia-Covid-19-precisoas-1912527>
- Gaspar, J. (1996). O novo ordenamento do território: Geografia e valores [The new spatial planning: Geography and values]. In *Seminário Internacional Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva* [International Seminar Socio-economic dynamisms and territorial (re) organization: urbanization and productive restructuring processes] (pp. 707-718). Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra.
- Rodrigues, M. L., & Silva, P. A. (Orgs.). (2015). *Governar com a Troika: Políticas Públicas em Tempo de Austeridade* [Governing with Troika: Public Policies in a Time of Austerity]. Coimbra: Almedina.
- Mattoso, J., Daveau, S., & Belo, D. (2010). *Portugal: o Sabor da Terra* [Portugal: the Flavour of the Land]. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates.
- Reis, J. (2018). *A Economia Portuguesa: Formas de economia política numa periferia persistente (1960-2017)* [Portuguese Economy: Forms of political economy in a persistent periphery (1960-2017)]. Coimbra: Almedina.
- Instituto Nacional de Educação. (INE). (2020) *COVID-19: uma leitura territorial do contexto demográfico e do impacto socioeconómico – Dados até 12 de junho* [COVID-19: a territorial reading of the demographic context and socio-economic impact – Data until June 12]. INE. Retrieved from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=442086145&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt